



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4342 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 25-04-2023.

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e três, às quatorze horas e dezessete minutos, reuniu-se, na Sala de Reuniões nº 303, a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Mauro Pinheiro, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovani Culau e Coletivo e Jonas Reis. Constatada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo, de imediato, aprovada a Ata da Reunião anterior, tendo sido dispensada a sua leitura. A seguir, foi DISTRIBUÍDO para parecer: ao vereador Giovani Culau e Coletivo, o Projeto de Lei do Legislativo nº 505/21 (Processo nº 1152/21). Registra-se que foram APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do artigo 42 do Regimento, os seguintes Pareceres: no dia dezanove de abril do corrente, nº 073/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 319/22 - Processo nº 0637/22), de autoria do vereador Gilson Padeiro; nº 074/23 (Projeto de Resolução nº 057/22 - Processo nº 0704/22), de autoria do vereador Giovani Culau e Coletivo; nº 075/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 056/22 - Processo nº 0107/22), 076/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 411/22 - Processo nº 0848/22), 077/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 001/23 - Processo nº 0013/23) e 078/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 004/23 - Processo nº 0094/23), de autoria do vereador Mauro Pinheiro; e no dia vinte de abril do corrente, nº 079/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 398/22 - Processo nº 0820/22), 080/23 (Projeto de Lei do Legislativo 418/22 - Processo nº 0857/22), 081/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 445/22 - Processo nº 0911/22), 082/23 (Projeto de Lei do Legislativo 010/23 - Processo nº 0026/23), 083/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 020/23 - Processo nº 0044/23) e 084/23 (Indicação nº 013/23 - Processo nº 0175/23), de autoria do vereador Mauro Pinheiro. Na ocasião, o senhor Presidente prestou esclarecimentos sobre a presente reunião, destinada a debater problemas nas escolas, como falta de recursos humanos, materiais pedagógicos e inclusão, e registrou a presença das senhoras Cleusa Leppa, Josiara Souza, Anelise Prates, todas da Secretaria Municipal de Educação – SMED, Rosele Cozza Bruno de Souza, Roselia Siviero Sibemberg, ambas da Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre – ATEMPA e Elisabete Charão, do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre – SIMPA. Após, o vereador Jonas Reis elencou razões para a realização de reunião com a presente pauta, questionou a SMED sobre o panorama atual dos problemas mencionados e concedeu a palavra à senhora Josiara Souza, que discorreu acerca de dados e providências do Conselho Nacional de Educação – CNE, para a educação especial, detalhou o atual processo de reposição de profissionais das Salas de Integração e Recursos – SIR, nas escolas do Município, e abordou fóruns realizados com escolas, a falta de dados sobre educação especial no País e a importância da avaliação biopsicossocial de alunos. Ainda, lembrou os presentes sobre a falta de verbas para a educação especial, nos últimos anos, e refletiu sobre previsão de investimentos em salas multifuncionais, sobre formações em educação especial, avaliação própria de alunos de inclusão, Projeto Alfabetiza+Poa, esforços para suprimento de vagas de professores no Município, reuniões com profissionais de escolas, cuidados com as famílias dos alunos e desafios da deficiência intelectual. A senhora Cleusa Leppa aludiu ao preenchimento do quadro de recursos humanos na educação, relatou baixo número de inscrições para concurso público, alto número de desligamentos de servidores e externou expectativa de quantidade suficiente de candidatos classificados para nomeação no segundo semestre do corrente ano. Também especificou números de contratações temporárias de profissionais da educação, esclareceu o provimento de vagas mediante alteração de carga horária de professores e enfatizou que a SMED busca alternativas com as direções de escolas para que alunos não fiquem sem atendimento. Em continuidade, a senhora Roselia Siviero Sibemberg criticou a ausência de vereadores que se retiraram da presente reunião, o uso da educação como pauta meramente eleitoral e a pouca quantidade de candidatos para cargos de professor em concursos públicos. Explicou o conceito de inclusão, externou preocupação com os profissionais atendentes de alunos atípicos e discursou sobre planejamento do ano letivo, cuidados com profissionais da educação, objetivos principais das escolas, falta de monitores na educação infantil, problemas particulares dos alunos, falta de organização da mantenedora das instituições de ensino, qualidade da educação inclusiva nas escolas municipais, espaços para reuniões e para reflexões dos professores e formação continuada destes. Solicitou que o Legislativo fiscalize a política de recursos humanos da rede municipal de educação, a infraestrutura das escolas, a política financeira da SMED em relação à educação e o uso da Plataforma CórteX. Também reprovou o fim da concessão de licença-prêmio aos profissionais e a dificuldade de agendamento de reunião com o Executivo Municipal. A senhora Elisabete Charão avaliou a capacidade de escolas municipais receberem alunos especiais e a falta de suporte do Executivo para formação dos profissionais da educação especial, listou diversos problemas enfrentados por alunos daquelas instituições e desaprovou as condições de trabalho dos profissionais do quadro municipal, assim como a rotatividade dos trabalhadores terceirizados que atendem alunos de inclusão. A senhora Rosele Cozza Bruno historiou transtornos decorrentes da eleição e da ampliação do número de vice-diretores, reiterou manifestação sobre falta de planejamento da mantenedora das escolas municipais e relatou problemas detectados e solucionados pelos profissionais da educação do Município. Ainda, noticiou dificuldades de gerenciamento de recursos humanos em razão da falta destes, decisões judiciais que obrigam o atendimento por monitores a alunos de inclusão e enalteceu o potencial da rede de educação municipal. Relacionou a violência nas escolas com a falta de investimento nestas, alertou para o aumento de casos constatados por trabalhadores, de Transtorno Opositor Desafiador – TOD, e comentou inconveniências deste decorrentes. Considerou excessivo o esforço dos professores da rede municipal de

ensino para compensarem, de forma improvisada, a falta de recursos humanos e de investimentos nas escolas, lamentou a exclusão de certos transtornos, da categoria de educação especial, e apontou as consequências da redução de turmas. A senhora Luiza Coelho de Souza Rolla, Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Chico Mendes, reiterou manifestações sobre a falta de recursos humanos e suas consequências, apesar do excesso de pedidos de reposição realizados pela Escola, discutiu problemas resultantes da negligência parental, da falta de atendimento de saúde, do excesso de psicoativos consumidos por alunos e asseverou que há situações extenuantes e perigosas às quais profissionais da instituição são submetidos diariamente. Ainda, contrapôs-se ao encerramento de projetos esportivos e culturais, para fins de aumento da quantidade de alunos em sala de aula, e reivindicou condições melhores para alunos mais carentes de recursos. O vereador Giovani Culau e Coletivo questionou sobre a quantidade de professores com contrato temporário que estão na rede municipal, sobre a quantidade de candidatos aprovados no concurso público mais recente, que serão nomeados para o cargo de professor, e sobre as providências da SMED quanto à decisão judicial que garante atendimento por monitores a alunos de inclusão. Também sugeriu pautas para a próxima reunião interna da Comissão. O vereador Jonas Reis pronunciou-se sobre diálogo e planejamento para o próximo ano letivo, recursos financeiros da educação para combate à recente pandemia mundial, perspectiva de novos monitores em escolas, números da falta de profissionais naquelas, ampliação das SIRs, pedido de providência para aumento da quantidade de profissionais lotados da educação especial, problemas que não são de responsabilidade das escolas, esforços para resolução desses, disposição da Comissão para ajudar a superar dificuldades mencionadas, razões para manutenção da licença-prêmio a servidores e ausência dos secretários da SMED na presente reunião. A senhora Josiara Souza discriminou demandas por profissionais, atendidas e não atendidas, em escolas, discorreu sobre resolução de transições do CME, vagas atendidas para alunos, equipes da educação especial, espaços de cuidados para mães de alunos de inclusão, políticas com monitoramento para a educação, falta de preparo de profissionais recém nomeados, evasão dos recursos humanos das escolas, projetos bem sucedidos na rede de educação municipal, necessidade de discussão sobre educação inclusiva, garantia do direito da pessoa ser diferente, investimentos em SIRs, importância da ajuda dos conselhos tutelares, atribuições de monitores de escolas e benefícios do estímulo precoce de crianças. A senhora Cleusa Leppa respondeu questionamentos sobre contratações, nomeações, exonerações e demandas de trabalhadores e estagiários das escolas do Município. A senhora Gislaine Coutinho, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª Judith Macedo de Araújo, abordou a responsabilização dos professores pelas consequências da falta de recursos humanos, a sobrecarga de trabalho dos profissionais das escolas, o sentimento de fracasso destes, problemas por eles enfrentados, a falta de inclusão na Educação de Jovens e Adultos – EJA e solicitou que a SMED escute aqueles profissionais. O vereador Mauro Pinheiro lembrou reuniões da Comissão com secretarias municipais e aludiu a visitas a escolas, a problemas relatados nestas, a formação e qualificação de profissionais, a evasão destes, ao planejamento do próximo ano letivo, a negociações de vantagens dos servidores com os vereadores, a iminente reunião com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e a possíveis formas de solução dos problemas discutidos. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às dezessete horas, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, vereador Mauro Pinheiro.



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Roberto Pinheiro, Vereador**, em 29/05/2023, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0553358** e o código CRC **37FE1A80**.